

A Crise das Instituições Democráticas e Impactos no Brasil

YASMIN FREITAS TAIA

As instituições democráticas no Brasil têm enfrentado desafios significativos nos últimos anos, afetando a confiança da população e a eficácia do sistema político. A desinformação, especialmente durante períodos eleitorais, tem contribuído para a polarização e enfraquecimento das instituições democráticas. Além disso, a corrupção sistêmica e a falta de representatividade nos partidos políticos têm afastado os cidadãos do processo político, comprometendo a qualidade da democracia no país.

Eventos recentes, como tentativas de subverter os resultados eleitorais e ataques às sedes dos Três Poderes, evidenciam a fragilidade das instituições democráticas nacionais. Esses episódios ressaltam a necessidade urgente de fortalecer os mecanismos democráticos, promover a transparência e restabelecer a confiança da população nas instituições políticas. A continuidade da democracia depende do compromisso coletivo em preservar e aprimorar os valores democráticos fundamentais.

Para enfrentar a crise democrática no Brasil, é necessário compreender o papel das instituições democráticas para a manutenção desse modelo político. Dessa forma, a presente análise busca explorar três instituições democráticas — sistemas eleitorais, partidos políticos e a mídia —, refletindo sobre o seu impacto no futuro do país.

Sistemas Eleitorais

Os sistemas eleitorais são importantes instituições democráticas que dão a oportunidade aos cidadãos de elegerem os próprios representantes políticos, de forma que os mandatos sejam exercidos com legitimidade (TSE). A tentativa de desestruturar esses processos está diretamente ligada à tentativa de enfraquecimento da democracia e das instituições que dão base e protegem esse modelo (Bernardino; Rossetti, 2022).

Nesse contexto, as fake news e a desinformação são os principais agravantes da crise do sistema eleitoral brasileiro, afetando a confiança da população.

A pesquisa “Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia”, de Wilson Gomes e Tatiana Dourado, analisa a campanha presidencial brasileira de 2018. A partir desta, é delimitado que fake news é apenas um dos sintomas de um fenômeno que investe contra as instituições de reconhecida credibilidade e que relativiza a verdade e o falso de acordo com os interesses (Gomes; Dourado, 2019). Por isso, em períodos de eleições, cada partido político dissemina informações – falsas ou não – de partidos opositores com o fito de a prejudicá-los e terem mais chances de ganhar nas eleições.

Infelizmente, determinadas posturas adotadas por parte dos representantes políticos no Brasil, embora possam ser consideradas questionáveis do ponto de vista ético e pouco construtivas, têm demonstrado impactos significativos em uma sociedade que, em muitos aspectos, carece de orientação e incentivo adequados para uma participação política crítica e consciente. Ademais, observa-se que os debates eleitorais têm se afastado do foco em políticas públicas e propostas concretas, transformando-se, frequentemente, em arenas de ataques pessoais e disputas por capital simbólico e midiático. A exemplo dessa substituição da razão por valores morais, estão os debates entre os candidatos à presidência em 2022, em que houve agressões morais e físicas (G1, 2022). Os debates políticos devem ser desenvolvidos para que a discussão de ideias junto à população seja mais frutífera para a democracia brasileira.

A eleição presidencial brasileira de 2022 foi realizada em um contexto político de intensa polarização entre os apoiadores dos candidatos Lula Inácio e Jair Bolsonaro. Frente a isso, o resultado do segundo turno da eleição elegeu Lula, que enfrentou muitos movimentos contrários à sua governança (CNN, 2022). A partir desta oposição, a desconfiança dos sistemas eleitorais se intensificou, devido às fake news e à rejeição do resultado do sistema eleitoral.

O atentado de 8 de janeiro de 2023 e a explosão em frente ao STF em novembro de 2024, em Brasília, foram graves episódios que devem ser analisados com atenção diante do perigo do extremismo político. Apesar de o governo Bolsonaro ter se encerrado em 2022, ainda há muitas atividades de seus apoiadores que colocam em risco não só a população brasileira, mas também a democracia.

Dessa forma, as instituições democráticas devem estar fortalecidas para as eleições do próximo ano, visto que mesmo com a inelegibilidade de Bolsonaro, o bolsonarismo ainda está vivo (O Globo, 2025).

A partir das últimas eleições presidenciais no Brasil, há um sinal de alerta para que as eleições de 2026 obtenham um sistema eleitoral justo, democrático e, principalmente, respeitado. A longo prazo, um real debate influencia um interesse maior pela política, aproximando perspectivas e diferentes soluções para os problemas enfrentados no Brasil. O fortalecimento dessa instituição auxilia na manutenção da democracia, dificultando as tentativas de golpe de estado e diminuindo o interesse da população por intervenções militares. No entanto, a democracia brasileira atravessa um momento delicado, diante de ataques sistemáticos à sua legitimidade e funcionamento. A expectativa de um processo eleitoral pacífico e respeitado torna-se cada vez mais incerta em um país onde parte expressiva da população desacredita nas instituições, relativiza a verdade e se mostra disposta a romper com a ordem democrática em nome de convicções ideológicas. A manutenção da democracia no Brasil dependerá, cada vez mais, da capacidade das instituições de resistirem a essas pressões — e da disposição da sociedade civil em defendê-las.

Partidos Políticos

Os partidos políticos brasileiros enfrentam muitas críticas da população, especialmente devido à corrupção sistêmica que permeia suas estruturas. Uma pesquisa divulgada pela Transparência Internacional revelou que 81% dos brasileiros consideram os partidos políticos como “corruptos ou muito corruptos” (O Globo, 2013). Esse elevado índice de desconfiança reflete-se em manifestações públicas que exigem maior transparência e responsabilidade dos representantes políticos.

Um dos principais aspectos que contribuem para o distanciamento da sociedade em relação aos partidos políticos e do acompanhamento de suas agendas está alinhada a uma falta de representatividade. Em resposta a essa lacuna, têm surgido iniciativas que visam ampliar a diversidade nos espaços de poder, especialmente entre os grupos historicamente marginalizados.

Para exemplificar, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) destaca as cotas de gênero nas eleições municipais de 2024, sendo o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo. Ainda que essas medidas sinalizem um avanço no sentido de promover maior inclusão, permanece a dúvida sobre a real eficácia desses mecanismos. A partir de uma maior abertura política, os debates se enriquecem por meio das diferentes perspectivas. No entanto, o acompanhamento dessas mudanças é essencial para a formulação de políticas públicas que garantam uma representação efetiva.

Outra questão relevante está ligada à corrupção sistêmica presente nos partidos políticos, que torna os cidadãos indiferentes, desesperançosos e afastados em relação a melhorias no país (Bernardino; Rossetti, 2022). Porém, a Controladoria Geral da União (CGU) é o órgão do governo federal responsável pela transparência na gestão e na defesa do patrimônio público. Para incentivar a accountability democrática — que possui a transparência como condição necessária —, foi criado o Portal da Transparência a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal pela Controladoria Geral da União (CGU). Dessa forma, as informações financeiras ficam disponíveis para a população brasileira, sendo necessária maior instrução de utilização da plataforma (Loureiro; Prado; Teixeira, 2008).

Portanto, a melhoria na acessibilidade dos portais de transparência e a maior representatividade são alternativas para aprimorar a relação dos partidos políticos com a sociedade brasileira. Assim, esta instituição democrática poderá aproximar a população da democracia, tendo um maior contato com os projetos e perspectivas de cada uma. A troca constante entre sociedade e a política são peças-chave para mudar o cenário político. Se não houver um esforço concreto de reconstrução da credibilidade dos partidos e de fortalecimento do sistema representativo, as próximas eleições correm o risco de se tornarem apenas uma formalidade institucional esvaziada de legitimidade social.

O Impacto da Mídia no Processo Democrático

A desinformação relacionada ao sistema eleitoral e aos partidos políticos, estabelece-se uma relação essencial

entre a democracia e as instituições responsáveis por informar a população. No entanto, a confiança dos brasileiros nos meios midiáticos está enfraquecida por estar diante de um contexto de rápida propagação de fake news e de canais que manipulam as informações para atingir os próprios interesses. Nesse sentido, os cidadãos precisam estar cientes do cenário que estão inseridos para aprimorar as suas capacidades de filtração de informações e busca por fontes confiáveis.

No contexto das eleições de 2022, os apoiadores de Bolsonaro montaram acampamentos em frente a quartéis com graves reivindicações golpistas, como a intervenção militar. Nesse sentido, realizaram uma série de atos de vandalismo em Brasília, como tentativa de invadir a Polícia Federal e ataques à 5ª Delegacia de Polícia e o espalhamento de botijões de gás pelas ruas (G1, 2022). Ademais, houve um projeto de ato terrorista próximo ao Aeroporto de Brasília, em que foi instalado estrategicamente uma bomba em um caminhão-tanque com querosene para que fosse decretado um estado de sítio (G1, 2022). De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, é prevista no art. 138:

“O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias à sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.” (Constituição Federal, 1988)

O processo para aprovar o estado de sítio é complexo e prevê que o Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido. Após isso, o Congresso Nacional deve decidir por maioria absoluta se adotará ou não. Apesar de ser pouco provável o apoio de todas essas instâncias, é preocupante as medidas e estratégias pensadas para forçar essa situação.

A tentativa de forçar um estado de sítio, como evidenciado pelo planejamento de atos terroristas e ataques a instituições em Brasília, revela não apenas uma estratégia golpista, mas também o quanto parte da população brasileira tem sido manipulada pela desinformação. A

ironia — e o perigo — da situação reside no fato de que aqueles que reivindicavam uma suposta “liberdade de expressão” o faziam justamente ao clamar por um regime de exceção que, em sua essência, suprime direitos civis básicos e centraliza o controle da informação.

A desinformação histórica dos brasileiros é visível e preocupante, pois enquanto lutavam por uma “liberdade de expressão” — que é uma visão distorcida para propagar preconceitos —, também pediam intervenção militar e o estado de sítio. Nesse contexto, o Estado passa a controlar as mídias, proíbe reuniões de pessoas e possui autorização para realizar prisões sem determinação judicial (O Globo, 2021). Por isso, é importante a memória e o estudo sobre acontecimentos históricos, como a ditadura militar de 1964, para que haja compreensão e defesa da democracia.

Por fim, a mídia, como instituição democrática que dissemina informações, é essencial para combater a desinformação e defender a pluralidade de ideias diante da crise da democracia no Brasil. A partir disso, os cidadãos brasileiros podem ter mais confiança e buscar informações em fontes confiáveis. Logo, as desinformações — manipuladas ou não — poderão enfrentar obstáculos diante das instituições reestabelecidas da democracia.

Considerações Finais

Em suma, as instituições democráticas enfrentam desafios significativos que comprometem sua estabilidade e legitimidade. No entanto, a crise do sistema eleitoral é influenciada pela proliferação de fake news e desinformação, minando a confiança da população nos processos eleitorais. Além disso, a corrupção sistêmica nos partidos políticos e a falta de representatividade afastam os cidadãos da política institucional, enfraquecendo o tecido democrático. Por fim, a mídia possui um papel central na disseminação das informações, sendo necessário o combate às manipulações que agravam a desconfiança em canais de informações confiáveis.

Eventos recentes, como tentativas de golpe e manifestações antidemocráticas, destacam a fragilidade do compromisso com os valores democráticos no Brasil, distorcendo o debate público e polarizando a sociedade. Portanto, é imperativo fortalecer as instituições democráticas, promover a transparência e a educação

política, garantindo que as futuras gerações compreendam e defendam os princípios que sustentam a democracia brasileira. Logo, as mudanças são necessárias para que os governos e os pilares da democracia sejam consoante aos interesses da população, diante do surgimento de novas expectativas quanto ao papel destas.

Dessa forma, caso as instituições continuem enfraquecidas e sem o apoio da população, será mais fácil a derrubada desse modelo por um mais autoritário e que não tenha as instituições para garantir a divisão de poderes. Além disso, teria um maior controle das informações — alinhado aos interesses do governo vigente —, e o risco de serem instalados governos extremistas. Por outro lado, o fortalecimento dessas instituições é essencial para que o Brasil possa superar a crise da democracia, tendo eleições em 2026 justas, representativas e democráticas. Assim, o desenvolvimento desses patamares da democracia são um meio de aproximar a população da política e de um melhor entendimento da importância de defendê-la.

Referências

BERNARDINO, R; ROSSETTI; R. Toda fake news se apresenta ao seu destinatário como news. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 19, n. 2, p. 52, jul./dez. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 abr. 2025

BRUNO, C. Para 81% dos brasileiros, partidos são 'corruptos ou muito corruptos'. **O Globo**, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/para-81-dos-brasileiros-partidos-sao-corruptos-ou-muito-corruptos-8968258>. Acesso em: 01 abr. 2025

Entenda como acampamentos golpistas montados depois da eleição resultaram em atos de violência e terrorismo em Brasília. **GI**, 2022. Disponível em: <https://gl.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/30/entenda-acampamentos-bolsonaristas-violencia-terrorismo.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2025

Explosão em frente ao STF: 'Grupos extremistas estão ativos' e ataque não foi fato isolado, diz PF. **BBC**, 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cly03vp2pxdo>. Acesso em: 01 abr. 2025

FRANCO, B. Bolsonaro será condenado, mas bolsonarismo seguirá vivo. **O Globo**, 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/bernardo-mello-franco/coluna/2025/03/bolsonaro-sera-condenado-mas-bolsonarismo-seguira-vivo.ghtml>. Acesso em 10 abr. 2025

LOUREIRO, M; TEIXEIRA, M; PRADO, O. Construção de Instituições Democráticas no Brasil Contemporâneo: transparência das contas públicas. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 47, p. 107-118, out./dez. 2008.

REIS, D. Manifestantes protestam pelo país contra eleição de Lula. **CNN**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/manifestantes-protestam-contra-eleicao-de-lula/>. Acesso em: 10 abr. 2025

Relembra 15 momentos dos debates presidenciais de 2022 na televisão. **GI**, 2022. Disponível em: <https://gl.globo.com/politica/noticia/2022/12/30/relembra-15-momentos-dos-debates-presidenciais-de-2022-na-televisao.ghtml>. Acesso em: 01 abr. 2025

Referências

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Se liga: qual a cota de gênero que os partidos devem respeitar nas candidaturas? Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Agosto/se-liga-qual-a-cota-de-genero-que-os-partidos-devem-respeitar-nas-candidaturas>. Acesso em: 3 abr. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Sistemas eleitorais brasileiros. Revista Eletrônica EJE, n. 4, ano 4, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-4-ano-4/sistemas-eleitorais-brasileiros>. Acesso em: 3 abr. 2025.